

Comunicação, Mídia e Lugar; A apropriação socioespacial dos meios de comunicação, da perspectiva material/conceitual

Carlos Fernando Leite

Paulo Celso da Silva

Introdução

As sociedades sempre conheceram a luta de classes – que para Marx é o motor da história – ainda que o entendimento acerca deste conceito tenha sofrido alterações, em grande medida e justificadamente, devido aos naturais avanços materiais e conceituais por que têm passado as sociedades, em seu transcurso histórico. Esta é uma discussão sempre atual, pois, conforme Santos (2006, p. 111) “As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas”. Ou seja, em todas as épocas, houve sempre uma proporcionalidade entre as demandas sociais, em todos os aspectos, e o que a(s) ciência(s) podia(m) oferecer.

Inferem-se, da assertiva do autor, os aspectos material/conceitual – tanto em relação ao homem, quanto em relação às coisas. Aliás, material e conceitual, em nosso ver, podem ser entendidos como fatores indissociáveis entre si, uma vez que todos os elementos – inclusive o próprio homem – evidenciam atributos ao mesmo tempo materiais e conceituais.

A comunicação é aqui entendida como um fator inerente à existência humana, sendo difícil conceber o homem sem o ato da comunicação. Desde que se vê no mundo, o ser humano há que se ver em relação ao seu semelhante, o que implica, inevitavelmente, alguma forma de comunicação. Assim, em qualquer de suas formas, a comunicação é, em primeira instância, meramente o instrumento de que o homem se serve para poder relacionar-se com o mundo. Em algum momento da história, o ser humano intuiu o valor comunicação, não apenas como mero instrumental de relações, mas, também, como formador e/ou mobilizador do ideário. A partir desse momento, a detenção de um meio comunicacional passava a ter outro significado. Embora não se possa determinar com precisão, acredita-se que o advento ou invenção da escrita seja o momento em que tal intuição ocorreu ou, se esta noção já existia, a partir de então foi significativamente fortalecida.

Na *Internatinal Encyclopaedia of Communications*, Erick Barnow e seus colaboradores apresentam a seguinte definição para comunicação: “Nós incluímos em comunicações todos os meios através dos quais a informação, as ideias e as atitudes chegam aos indivíduos, grupos, nações e gerações”. Longe de querer contestar Barnow e seus cooperadores, mas consideramos tal definição um tanto quanto reducionista, pois parece incluir comunicação e mídia dentro de um mesmo entendimento. A mídia é o corolário da evolução histórica das técnicas, e constitui-se, por definição, na ampliação espaço-temporal das possibilidades e potencialidades comunicacionais.

O terceiro recorte que compõe o trinômio aqui analisado é o lugar, que representa, em termos de área científica, a Geografia. Isso corrobora o cunho interdisciplinar do trabalho, em que se analisa a relação entre Geografia e Comunicação. O lugar, em relação às demais dimensões do espaço (região, território, paisagem, cotidiano), define-se como a primeira instância espacial. É no lugar que todas as representações manifestam-se e todas as iniciativas são engendradas.

Analogamente a Espaço, Tempo e Movimento, o trinômio Comunicação, Mídia e Lugar sintetiza a dinâmica social hodierna, em relação às tecnologias virtuais, em termos de suas possibilidades e potencialidades, tanto material quanto conceitualmente falando. Neste entendimento inclui-se o conceito de encurtamento do espaço, aceleração do tempo e otimização do movimento, como um dos grandes atributos das modernas tecnologias.

Definindo o processo, tem-se o encurtamento do espaço, na medida em que não faz diferença onde a pessoa com quem se estabelece contato está; entende-se por aceleração do tempo, a capacidade de, em tempo real, poder-se “estar” em vários lugares ao mesmo tempo, algo absolutamente inconcebível, sem a virtualidade tecnológica. O inevitável corolário deste processo não é outro, senão a otimização do movimento, na medida em que múltiplos contatos podem ser feitos a um só golpe. E, por mais paradoxal que possa parecer, quase sem mobilidade, no sentido físico ou material da palavra, uma vez que se pode estar dentro de uma pequena sala.

O tempo é um elemento acerca do qual a Filosofia e outras ciências têm incansavelmente refletido, ao longo da história. No que concerne à aplicabilidade ou ao uso do tempo, nossa relação com ele é sempre individual. Podemos fazer coisas juntos, mas não podemos administrar o tempo alheio. Cada indivíduo tem certa autonomia para administrar seu tempo como lhe convém, mas, ao mesmo tempo, o fenômeno lhe escapa ao entendimento.

A capacidade que as tecnologias virtuais hodiernas têm de agir sobre espaço, tempo e movimento, alterando a noção até então sustentada sobre esses

elementos, talvez seja o principal atributo que justifique sua relevância e explique o fascínio que estas exercem sobre o pensamento predominante. Por meio do uso dessas tecnologias, tem-se a impressão de efetivo controle sobre o tempo, em relação ao espaço, processo este que é mediado pelo movimento (ação). Não é tão simples assim, mas, o virtual tem, inegavelmente, essa capacidade ou “poder” de alterar a antiga noção sobre tempo e espaço, que sempre guarda relação com o movimento ou a ação; obviamente sob a perspectiva do material/conceitual. O espaço, por sua vez, foi por muito tempo considerado meramente como o continente material das ações e representações. A teoria socioespacial de Milton Santos, cuja tônica é o espaço como instância social dinamizada e transformada pelas ações e os objetos, binômio que sintetiza o material/conceitual – corrobora isso.

Deixar-se levar pelo fascínio do fenômeno tecnológico como algo “miraculoso”, impede, muitas vezes, que se perceba o lado pernicioso que o fenômeno comunicacional se permite ou é suscetível de ter, quando em posse de certas minorias hegemônicas. Ou seja, embora as tecnologias, especialmente as comunicacionais, sejam importantes pelos amplos e inegáveis benefícios à vida humana, não significa que se perca a percepção acerca do outro lado, um tanto quanto obscuro do fenômeno comunicacional. Muitos há também que, mesmo conscientemente, deixam-se enganar ou recusam-se a aceitar o caráter negativo daquele fenômeno.

Em todas as épocas, dentro da referida proporcionalidade entre sociedade e técnica, os organismos comunicacionais sempre ocuparam posições centrais ou determinantes, sobretudo em relação às questões sociais. Não foi muito diferente, ao longo da história, em termos de luta por liberdade de expressão e justiça social. Quando ainda não existiam as tecnologias virtuais, eram os jornais, as revistas e as emissoras de rádio que promoviam a comunicação em escala mais ampla. Tais organismos refletiam as tendências políticas da época.

Toda essa possibilidade e potencialidade comunicacional seriam, a partir da segunda metade do século XX, ampliada e intensificada pela televisão. Posteriormente a isso, a tecnologia atingiu seu ápice: a conquista do espaço, a partir do que foi concebido o satélite e todas as tecnologias virtuais de que hoje dispomos. Mas, analisando o prazo histórico anteriormente decorrido, pode-se dizer que o ser humano conseguiu chegar à era virtual, em um tempo, no mínimo relativamente curto, historicamente falando. A segunda metade do século XX é inegavelmente o período em que, proporcionalmente falando, o homem conseguiu conceber a maior parte de suas tecnologias.

Se fosse possível abstrair-se historicamente e, tal como em um desfile, assistir ao desenrolar da história, certamente ver-se-ia que, em todos os aspectos,

a evolução histórica se dá, dentro da perspectiva material/conceitual e em proporção linear. Ou seja, assim como todas as consecuições materiais do homem são oriundas das necessidades naturalmente geradas no transcurso evolutivo da sociedade e estão em proporção às demandas então existentes, o mesmo também ocorre aos entendimentos e novas teorizações; o aspecto conceitual do processo. À medida que a sociedade avança, surgem tanto necessidades materiais quanto conceituais que precisam ser satisfeitas. O modo como se pensa e entende o mundo, por outras palavras, é diretamente proporcional ao estado de materialidade que se tenha logrado chegar até então. A realidade tecnológica, não é outra coisa, senão um produto político-econômico e sociocultural, concebido historicamente, no transcurso de um longo processo.

Classes não hegemônicas e apropriação dos *media*

A tônica do histórico processo de luta de classes também pode ser sintetizada nos aspectos material/conceitual. Aquela incluiria tudo o que alude à materialidade, desde as necessidades mais básicas da vida (alimento, moradia, vestuário), aos aspectos relacionados à aquisição de acesso à tecnologia, seja para a vida doméstica, profissional ou educacional; enquanto este aludiria a toda a dialética que se tem desenrolado entre as classes, ao longo da história, independentemente de como estas eram divididas, a cada período histórico. Neste trabalho – cujo objetivo é analisar a luta pela apropriação dos meios de comunicação – conveniou-se adotar os termos classes não hegemônicas e hegemônicas.

No que concerne à posse efetiva de meios comunicacionais, parece haver um ponto de universalidade entre as diferentes nações, ao longo da história: os detentores daqueles meios sempre foram poucos e, na maioria ou totalidade das vezes, eram oriundos de pequenos grupos ou elites. É evidente que, possuir um meio comunicacional qualquer, por mais simples que este seja, é algo que implica na posse de recursos financeiros, que quase sempre são bastante expressivos. Mas daí a admitir, que as corporações comunicacionais tenham que, necessariamente, ser espécies de cartéis da comunicação, é algo um pouco diferente. Países há em que a comunicação é um verdadeiro monopólio. Em outros, e desta vez, inevitavelmente considerando o aspecto político, o mecanismo comunicacional é totalmente estatal ou, pelo menos, o estado exerce forte controle sobre ele.

O aspecto político desempenha papel preponderante no processo de apropriação dos meios de comunicação, na medida em que a exploração de uma atividade comunicacional, ainda está sujeita à lei das concessões, que é determinante ao processo e, provavelmente, seja sua etapa mais árdua. Ao abordar essa questão,

Angelo Serpa faz um contraponto, na obra *Lugar e Mídia*, entre as cidades de Salvador e Berlim. Fica evidente que, em ambas as cidades, os grupos que pleiteiam a implantação de rádios comunitárias enfrentam dificuldades semelhantes.

Dentro da questão política, ainda há que se mencionar o fato que, em Berlim, a atmosfera política, mesmo após mais de duas décadas da queda do muro e da unificação da cidade, parece conservar muito do que havia quando a cidade era dividida, especialmente no que alude ao comportamento das pessoas. Parece haver uma espécie de recusa, por parte tanto do lado leste como do oeste em aceitar a reunificação.

Exceto pela necessidade que os habitantes têm, de se deslocarem para o outro lado da cidade para trabalhar (há mais pessoas do lado leste que vão para o oeste), em geral, quase ninguém mostra estar disposto em passar para o outro lado, em sua vivência cotidiana. Reconhece-se que a dificuldade que as pessoas têm de livrar-se da memória acerca do período de divisão da cidade – embora o muro tenha existido por menos de duas décadas, sua influência é forte, provavelmente devido ao fato de que a referida divisão ocorreu em época de guerra – é gerada pela forte atmosfera política daquele período.

No aspecto material, as rádios comunitárias têm dificuldades, desde os trâmites burocráticos que envolvem a aquisição do aparato tecnológico e a viabilidade de um local para sua instalação, bem como no que alude à potência e alcance dos equipamentos, que estão limitados em 26 kw e um quilômetro, respectivamente. Este segundo ponto evidencia o conceitual, na medida em que, se existem tais limitações, não é por outra razão, senão o reconhecimento da relevância da detenção de um meio comunicacional, enquanto possibilidade de produção e difusão de conteúdos, com a consequente consolidação da articulação social e o fortalecimento das iniciativas das classes não hegemônicas. Destarte, estar-se-á promovendo a identidade geosocial do lugar – admitido, com o autor, que a apropriação socioespacial dos meios de comunicação seja condição *sine qua non* a isso – ou, produzindo “lugares” por meio das ações e dos discursos (SERPA, 2011, p. 16).

Acerca dos representantes das classes dominantes ou hegemônicas e das não hegemônicas, provavelmente incluir-se-iam nos primeiros, aquelas minorias elitizadas do mundo capitalista e do universo político. As classes não hegemônicas, por sua vez, têm uma composição muito mais heterogênea, em todos os aspectos, de modo que se torna difícil defini-las, em termos de quem seriam seus representantes. Grosso modo, dir-se-ia ser o público em geral, de modo mais específico os economicamente ativos, ou muitos que, embora inexpressivos eco-

nomicamente, possuem outros atributos que os tornam participativos à dinâmica social, em alguma medida.

Pode-se, aqui, abrir um parêntese, reevocando o conceito de homens lentos e homens opacos de Milton Santos (2006, p. 220). Este se refere àqueles que vivem abaixo ou fora da lógica do capital, que habitam a cidade e por ela locomovem-se, compondo um grupo absolutamente em paralelo (marginalizado) à dinâmica social vista como normal, mas que, na verdade, não permite às pessoas perceberem o mundo. A velocidade é a tônica da vida prática, na era das tecnologias virtuais.

Ainda que se mostre paradoxal, na contemporaneidade, os que desfrutam de mobilidade são os que menos veem, pois estão comprometidos com o arcabouço imagético pré-fabricado do mundo hodierno. Estes, ou estão a permear a cidade presos em suas máquinas (carros, motos, aeronaves), pouco ou nada podendo ver da cidade, exceto o que os dispositivos eletrônicos (celulares, I pads, tablets) podem oferecer, ou estão segregados em seus lares, alienados por suas mídias fixas (TV, PC).

Qualquer que seja o adjetivo que se escolha para defini-los, no que alude a sua condição ou posição social, os homens lentos e opacos são os que compõem o grupo comumente chamado dos excluídos: são os moradores de rua, mendigos ou não, podem ser os catadores de material reciclável ou ainda aqueles que exercem alguma subatividade para sobrevivência (flanelinhas, lavadores de carros e outros). Para estes, a cidade apresenta-se de uma forma diferente, sob outra perspectiva. Podemos pensar com Beatriz Sarlo que diz: “Não há cidade sem discurso sobre a cidade. A cidade existe nos discursos, tanto como em seus espaços materiais” (2009, p. 97).

Inferem-se da assertiva da autora, os aspectos material e conceitual. Porque mesmo que o discurso seja também materialidade, enquanto a materialização do pensamento, se pensamento, em primeira instância, alude ao conceitual. Os espaços materiais da cidade, por sua vez, são materialidade, enquanto espaço físico continente da ação, e são conceituais, quando vistos sob a perspectiva de lugares construídos pelas ações e pelos discursos (SERPA, 2011, P. 16), ou, em Milton Santos, o espaço que se dinamiza e transforma pelos objetos e ações (2006, p. 39).

Assim, os homens lentos e opacos seriam, em tese, aqueles que de efetivamente desfrutariam a cidade, de modo indissociável, do ponto de vista de sua integração com a materialidade da cidade, em todos os sentidos; o mesmo não se pode dizer quanto ao aspecto conceitual. Estes (os lentos e opacos) têm com a cidade o tipo de relação de que trata Sennet (1997). Algo como ver-se indissociavelmente integrado à cidade, via urbanismo, tanto material quanto conceitualmente

falando. Em relação a isso é que a (i)lógica do capitalismo, com sua capacidade de reordenar a dinâmica social, manifesta seu lado mais pernicioso, roubando desses homens lentos e opacos – por mantê-los fora da lógica do capital, embora estes tenham a e vivam a/na cidade, percebendo sua movimentação – sua capacidade de pensar-se, sentir-se e existir na cidade; ou seja, conceitualmente falando.

Talvez um tanto quanto utópico para alguns, pensar nos homens lentos como socialmente reintegrados, a engrossar as fileiras das classes não hegemônicas, ao menos numericamente, ou, por outro lado, e ainda mais utópico, imaginar a extinção desta classe de pessoas, hoje absolutamente alheias a quase todas as questões mais significativas rentes ao social. Mas, utópico quanto possa parecer, por outro lado, também não se constitui em incômodo pensar que, em alguma medida, isso poderia se efetivar.

Mencionou-se essa classe de homens lentos e opacos, muito mais a título de enriquecimento, no sentido de evidenciar um estrato social raramente lembrado, devido a sua pouca participação, em todos os sentidos, mas que existe e participa da sociedade. Faz-se, neste trabalho, o recorte entre classes não hegemônicas e hegemônicas, por uma questão, primeiramente didática e, por referir-se aos grupos que de modo mais direto empreendem a luta pela apropriação socioespacial dos meios de comunicação.

Entretanto, o tecido social não é tão precisamente recortado. Excluem-se aqueles que mais diretamente estão engajados na questão comunicacional, em todos os seus desdobramentos, e restará uma imensa parcela da população que, embora não milite formalmente nessa causa, participa do processo, em maior ou menor grau, como consumidores de tecnologias. Isso fica mais claro, quando se observa o relacionamento das rádios comunitárias com a população dos bairros. Muitas dessas rádios surgiram ou mantiveram-se operantes, em grande medida devido à mobilização da população.

Consideradas de utilidade pública, tais emissoras constituem-se em vozes que se levantam em defesa da comunidade, além de difundirem a informação e, em alguns casos, promoverem algum tipo de entretenimento. A malha social tem muitos espaços ou lacunas que têm que ser preenchidos com iniciativas, as mais diversas; e a apropriação socioespacial dos meios de comunicação, na visão de Serpa é o ponto de partida para que efetivamente se possa, por meio das ações e dos discursos, produzir “lugares” (2011, p. 16). Henri Lefebvre faz a seguinte referência às lacunas sociais:

Num período em que os ideólogos discorrem abundantemente sobre as estruturas, a desestruturação da cidade manifesta a profundidade dos fenômenos

de desintegração (social cultural). Esta sociedade, considerada globalmente, descobre que é lacunar. Entre os subsistemas e as estruturas consolidadas por diversos meios (coação, terror, persuasão ideológica) existem buracos, às vezes abismos. Esses vazios não provêm do acaso. São também os lugares do possível. Contém os elementos desse possível, elementos flutuantes ou dispersos, mas não a força capaz de os reunir [...]. As instâncias do possível só podem ser realizadas no decorrer de uma metamorfose radical (1991, p. 114).

Os subsistemas e as estruturas ali referidas corresponderiam, respectivamente, às classes sociais não hegemônicas e as hegemônicas. Portanto, os buracos ou abismos a que o autor se refere, definindo como lugares ou instâncias do possível, podem aludir ao horizonte de possibilidades, material e conceitualmente falando, dessa grande massa de consumidores de tecnologias. Estes, se por um lado, não participam de forma direta na articulação social para apropriação dos meios de comunicação, por outro, têm um papel preponderante no consumo e, mais que isso, se fosse para encaixá-los em uma das classes, certamente engrossariam as fileiras dos não hegemônicos.

Este seria outro objetivo, isto é, que não necessariamente toda essa referida massa, mas que uma boa parcela voltasse-se a esse propósito e por meio da tecnologia comunicacional, pudesse articular-se, como diz Serpa (2011, p. 17) “... como uma teia, que costura as táticas de enunciação dos/nos diferentes lugares; uma teia “mundo”, que também abre os lugares para o exterior”. Isso é o que significa ações e discursos produzirem “lugares”, a partir da apropriação dos meios de comunicação (idem, p. 16).

Dentro da proposta analítica do material/conceitual e da proporcionalidade entre os elementos e fatores, poder-se-ia indagar qual seria o estado da arte do processo de apropriação dos meios de comunicação, em relação às classes não hegemônicas. Em que proporção, tanto material quanto conceitualmente, tais classes têm efetivado a apropriação socioespacial dos meios de comunicação. Podem-se destacar alguns fatores que sintetizam as dificuldades enfrentadas por aquelas classes.

Primeiro, porque bons equipamentos são de alto custo, tanto no que alude à aquisição, quanto à manutenção e, além disso, há a necessidade de constante substituição de equipamentos para que se acompanhem os avanços tecnológicos; também quase sempre existe a dificuldade de se obter um local para o funcionamento do ponto comunicacional, quer sejam as rádios comunitárias, ou os domínios virtuais alternativos.

Segundo, porque o poder público quase nunca se mostra disposto a facilitar as coisas, tanto no que tange ao político, quanto ao econômico; a legislação

é severa, especialmente quanto às concessões, os impostos são altos e ainda há o problema da limitação de alcance e potência, sobre a qual já se referiu, e que é um ponto de absoluta importância no que concerne à operacionalidade dos meios de comunicação, neste caso específico, as emissoras de rádio. Isso porque, existem bairros que possuem uma área muito extensa; nestes, a referida limitação é um problema ainda mais grave. No caso dos computadores, a limitação de potência é tributária do contrato com o provedor, isto é, quanto o cliente compra de potência, não havendo limitação quanto ao alcance.

Terceiro, porque as classes não hegemônicas enfrentam uma luta desigual contra as hegemônicas, tanto no aspecto material, quanto no conceitual. Ou seja, os grupos não hegemônicos estão em desigualdade de condições diante do poder capitalista dos grandes conglomerados comunicacionais, bem como estão alheios aos processos de tomada de decisão e àqueles que as tomam. Com seu poder econômico, os grandes complexos comunicacionais auferem influência na esfera política, de onde partem as decisões e onde é elaborada a legislação.

Os aspectos político, econômico, social, cultural e histórico podem ser entendidos como recortes materiais/conceituais da sociedade. Na mesma medida, os recortes materiais/conceituais da cidade são os bairros (lugares). Todos os referidos aspectos são manifestos nos bairros, isto é, estes são lugares que manifestam em escala micro, o que a cidade manifesta, em escala mais ampla.

Analogamente a isso, tanto a articulação social, quanto a apropriação, propriamente dita, dos meios de comunicação manifesta-se no lugar, como primeiro recorte ou dimensão espacial e, dali, pressupõe-se ou seria desejável que se propagasse de modo mais amplo, ou seja, atingindo as escalas espaciais mais amplas, ou, por outras palavras, engrossando as fileiras dos atores sociais participantes.

Infere-se que seja isso o que Serpa queira dizer quando afirma (2011, p. 17):

E a confrontação dá-se basicamente através dessa produção de lugares enunciados, de lugares percebidos e concebidos através dos conteúdos produzidos, em geral, por grupos pouco numerosos, mas articulados em rede: como uma teia, que costura as táticas de enunciação dos/nos diferentes lugares; uma teia “mundo”, que também abre os lugares para o exterior.

A assertiva do autor não deixa dúvida quanto ao lugar como “... plataforma para a construção de ações e discursos de cunho espacial...” (idem, sinopse). Ou seja, o lugar, como ponto de partida às iniciativas de articulação social. A ampliação desse processo de articulação social em rede ou teia é destacada quando o autor refere-se à costura das táticas de enunciação. A menção da teia “mundo”

como abrindo os lugares para o exterior é um indicativo do avanço do processo a uma escala espacial mais ampla, material e conceitualmente.

A dinâmica do cotidiano não nos permite refletir tais fatos, as coisas parecem ocorrer rápido demais; diga-se de passagem, a tônica do mundo hodierno das tecnologias virtuais é a velocidade, também sob a perspectiva material/conceitual.

Tudo parece coincidência demais; a dinâmica imposta pelo sistema capitalista, em todos os aspectos, que não nos permite refletir de modo mais consistente, operando em favor das minorias hegemônicas, cujo interesse direciona-se unicamente a auferir lucros, em detrimento de quase todas as demais questões. Por outras palavras, em um mundo absolutamente tecnicizado, não há espaço para a reflexão crítica.

Não há ciência sem reflexão, assim como a reflexão, no sentido científico da palavra, tem como corolário um elemento materializável, em algum sentido. O conceitual tem bem mais relevância que o material, no que trata da luta das classes não hegemônicas para apropriação socioespacial dos meios de comunicação. Isto porque as classes dominantes ou hegemônicas não se empenham em impedir tal apropriação, senão pelo fato de que, uma vez em posse daqueles meios, as classes não hegemônicas estarão em igualdade de condições para lutar socialmente, no sentido de que, por meio dos conteúdos que hão de produzir, o ideário predominante estará sob a mesma influência, a batalha dialética entre as respectivas classes dar-se-á de modo que ambas as partes tenham o mesmo poder de exposição argumentativa. A aquisição pura e simples de equipamentos comunicacionais, por parte dos não hegemônicos, no sentido material do termo, certamente não é o que preocupa os hegemônicos.

As rádios comunitárias são as vozes do lugar, por meio das quais a comunidade, faz-se representar. A comunicação tem a capacidade de integrar, consolidando, bem como promovendo a identidade geosocial do lugar. Tal capacidade é evidenciada quando se observa que, os bairros que dispõem de instituições comunicacionais – mesmo as de pequeno porte, como as rádios comunitárias – em geral apresentam números mais expressivos no que alude ao político-econômico, e condições mais favoráveis socioculturalmente falando. Os organismos e instituições (escolas, hospitais, órgãos públicos, organizações e entidades), bem como os profissionais e o público em geral, parecem formar ali, mediados pela comunicação, como o vetor relacional por excelência, uma espécie de micrópole.

Há bairros, que equivalem a pequenas cidades, tanto em sua capacidade econômica, quanto em sua quantidade populacional e conseqüente representatividade como recorte do espaço mais amplo, que é a cidade por ele integrada. O

lugar, ou os atores sociais do lugar carecem inclusive dessa consciência, isto é, da consciência de sua representatividade social, em todos os aspectos. Aqui estamos pensando com Santos no conceito de “força do lugar”, que é o referencial do autor para a análise do cotidiano. As classes não hegemônicas, uma vez apropriando-se dos meios de comunicação, têm condições – e certa obrigação moral, até para fazer jus a sua condição como voz social do lugar – de promover essa consciência, o que certamente não é o desejo dos hegemônicos.

Aqui, a articulação social está sendo vista da perspectiva de princípio fundamental, isto é, a constituição da sociedade. Essa articulação fundamental tem seus recortes. Isso equivale a dizer que todos estão, em princípio, articulados socialmente enquanto atores constituintes do cenário social mais geral e dos recortes mais abrangentes, que são o político-econômico e o sociocultural, dos quais dependem os desdobramentos subjacentes. Ou seja, de modo subjacente a essa fundamentação, ocorrem outras articulações sociais, em menor escala, – embora indissociáveis ao processo, como um todo – que tratam de questões mais específicas. Portanto, articular-se socialmente é outro fator que, em certo sentido, poderia ser entendido como inerente ao homem, tanto quanto a comunicação.

Por essa razão é que, quando se fala em articulação social para apropriação dos meios de comunicação, inevitavelmente há que se fazer referência a tantos outros elementos e fatores, já que se trata de um, dos muitos recortes do cenário social, além do fato de a própria comunicação ser o vetor, por excelência, de todas essas relações. O papel que a comunicação passou a tomar, a partir de determinada época e que vem crescendo em importância, especialmente após o advento das tecnologias modernas, determina sua relevância como fenômeno social.

Uma comunicação efetiva, tanto material quanto conceitualmente falando, é a própria essência de qualquer processo de articulação. A história recente registra uma experiência feita por uma equipe de intelectuais de diferentes áreas, que se deslocaram a uma região com cavernas. A proposta do trabalho era justamente permanecer durante algum tempo no interior da caverna – obviamente que se aproveitou para empreender outros estudos – sem qualquer contato com as demais pessoas do lado de fora, exceto um contato, de vez em quando, somente para verificação, não sendo passada qualquer informação sobre a realidade cotidiana. Também não se levou, com exceção de algum instrumento técnico, qualquer equipamento eletrônico que pudesse fornecer informações tais como data, hora e outros fatos cotidianos.

Logo nos primeiros dias, o trabalho já começava a mostrar justamente aquilo que se previa: não se é possível, pelo menos não por muito tempo, perma-

necer sem um nível, ainda que mínimo, de comunicação. A esse fenômeno que, depois de um tempo, se manifesta, a saber: perder-se a noção sobre qual é a data e em que dia da semana se está, ou que horas são, se é dia ou noite, se está chovendo ou ensolarado, dá-se o nome de defasagem biológica.

Analogamente a isso, podem-se imaginar algumas comunidades que ainda hoje existem, em algumas regiões do Brasil, as quais, não dispendo de tecnologias, encontram-se proporcionalmente nas mesmas condições que a equipe citada, no interior da caverna, no que alude às notícias, aos fatos, àquilo que está ocorrendo no mundo, bem como ao acesso a elementos promotores de cultura, em todos os aspectos, tais comunidades encontram-se alheias.

Nesses lugares, também devido às grandes distâncias que separam as comunidades, torna-se difícil pensar em uma articulação social para apropriação dos meios de comunicação, nos mesmos níveis que se pensa tal processo, em relação a outras comunidades que não enfrentam tais dificuldades.

Por outras palavras, assim como existem pontos de universalidade entre os lugares, há também divergências, tanto no aspecto material quanto no conceitual, que não de ser observadas. Se, cada lugar individualiza-se quanto à sua identidade social, certamente o faz também, em relação à articulação social ali engendrada, isto é, a cada lugar, cabe uma articulação social, que é fruto das demandas que caracterizam o perfil ou identidade geosocial do lugar, em todos os sentidos.

Os pontos de universalidade ali referidos – sob a perspectiva material/conceitual – referem-se, respectivamente: à busca pela obtenção de aparato tecnológico e a constante necessidade de atualização, bem como ao entendimento conceitual da relevância da detenção de meios comunicacionais, em relação às suas possibilidades. Quanto às divergências, sejam elas poucas ou muitas, dizem respeito aos aspectos político-econômico e sociocultural.

Alinhavando os pensamentos acerca do que até aqui há sido ventilado, neste trabalho, o trinômio Comunicação, Mídia e Lugar sintetiza a dinâmica social da sociedade moderna à luz das tecnologias virtuais. A comunicação, entendida como um fator inerente ao ser humano e o vetor relacional, por excelência; a mídia, definida como a ampliação espaço-temporal das possibilidades e potencialidades comunicacionais e o lugar, como a primeira dimensão do espaço, onde todas as iniciativas são engendradas. Este trinômio é analisado, em relação ao processo de apropriação socioespacial dos meios de comunicação pelas classes não hegemônicas, dentro da dialética historicamente construída pela(s) sociedade(s), em sua proporcional evolução, sob a perspectiva material/conceitual.

Considerações finais

Comunicação, Mídia e Lugar constituem o trinômio aqui entendido como a síntese da dinâmica relacional da sociedade, em relação às tecnologias. Finalizando, pode-se retomar esse entendimento, sob a perspectiva material/conceitual. Redefinindo os elementos do trinômio, a comunicação – que, com a evolução social, tornou-se também uma ciência – evidencia sua materialidade, no aparato técnico e na linguagem – que é a elaboração da língua – em suas mais variadas formas (falada, escrita, simbólica etc.), pois que estas são a materialização do pensamento.

No que tange ao conceitual, temos, em princípio, o instrumento comunicacional básico à sobrevivência, admitido como um fator inerente ao ser humano e o fenômeno comunicacional, em sentido mais amplo, definido como o vetor que perpassa todas as relações ou o vetor relacional, por excelência. É este segundo atributo, o que dá relevância à comunicação, para além de mero instrumento; esta se traduz, nesta análise, no discurso. Este está para a linguagem, analogamente a esta, em relação à língua. O discurso é a materialização do pensamento e, conceitualmente falando – aludindo à intencionalidade com que se elabora o discurso – alia-se à ação para produzir “lugares” (SERPA, 2011, p.16).

A mídia – ampliação espaço-temporal das possibilidades e potencialidades comunicacionais – não é outra coisa, senão o esperado corolário do inevitável processo de avanço tecnológico. Em função das demandas sociais constantemente geradas, a tecnologia, no sentido mais amplo que o termo se permite, não só a comunicacional, há que responder atendendo àquelas demandas satisfatoriamente, mantendo a proporcionalidade do estado das técnicas em relação às características da sociedade em cada período ou época histórica (SANTOS, 2006, p. 111).

O lugar – que neste trabalho traduz-se no bairro – é o continente material das ações e representações, bem como, em relação ao que há pouco se afirmou, a instância social produzida pela ação e pelo discurso, ou, conforme Milton Santos (idem, p. 39), o espaço que encontra sua dinâmica e se transforma pelos objetos e ações. O lugar é a primeira dimensão ou recorte espacial; é no lugar que todas as iniciativas são engendradas. No aspecto material, tanto quanto no conceitual, o lugar manifesta-se de modo multiescalar e onipresencial. De todas as dimensões espaciais, o lugar é a que guarda relação com a identidade e o cotidiano, pois é no lugar que descobrimos o mundo (SANTOS, 2006, p. 212).

No processo dialético aqui analisado, a comunicação representa os atores sociais, ou a sociedade. A mídia, conforme o próprio nome sugere é o mediador tecnológico daquele processo. O lugar, por sua vez, além de sua materialidade, é a

plataforma para a construção de ações e discursos (SERPA, 2011, sinopse). Esta é a síntese do processo de articulação social de que aqui se fala. Ou seja, as classes sociais não hegemônicas, que são atores sociais (representados pela comunicação), articulados socialmente, visando, a partir da apropriação socioespacial dos meios de comunicação (mídia), à construção de ações e discursos que produzem “lugares” (idem, p. 16).

A apropriação socioespacial dos meios de comunicação não é um ato único. Esta se constitui em um processo, um construto histórico, que se desenrola dentro da noção de proporcionalidade entre sociedade e técnica (SANTOS, 2006, p. 111), sob a perspectiva material/conceitual.

Pode-se projetar o corolário, ou a culminância desse processo de apropriação: a construção de um espaço, ou esfera pública (nas palavras de Serpa 2011), verdadeiramente percebido e sentido como social.

■..... **Carlos Fernando Leite** é pesquisador da Universidade de Sorocaba, Faculdade de Filosofia, Pesquisador – PIBIC. Sorocaba - SP - Brasil. 18023-000. E-mail: bubba.johnnyreb@hotmail.com.

■..... **Paulo Celso da Silva** é pesquisador da Universidade de Sorocaba, Programa de Mestrado em Comunicação e Cultura - Sorocaba - SP - Brasil. 18023-000. E-mail: paulo.silva@prof.uniso.br

Referências:

- LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SARLO, B. *La Ciudad Vista*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- SENNET, R. *Carne e Pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SERPA, A. *Lugar e Mídia*. São Paulo: Contexto, 2011.